

Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

**Políticas esportivas no ensino superior: o perfil dos editais de
bolsa atleta nas universidades federais do Brasil**

Gláucia Dias Maciel

Brasília – DF

Abril/2022



Universidade de Brasília
Instituto de Ciência Política

**Políticas esportivas no ensino superior: o perfil dos editais de
bolsa atleta nas universidades federais do Brasil**

Gláucia Dias Maciel

Monografia apresentada ao Curso de
Ciência Política, do Instituto de Ciência
Política, Universidade de Brasília, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Professor Doutor Felipe
Rodrigues da Costa.

Parecerista: Professor Doutor Denilson
Bandeira Coêlho

Brasília – DF

AGRADECIMENTOS

A universidade proporciona momentos únicos na vida de um estudante. Todo sacrifício, esforço e renúncia valem a pena, pois o aprendizado adquirido, as alegrias compartilhadas e as experiências vivenciadas são de grande valia para a trajetória de vida.

Agradeço imensamente a Deus por me proporcionar esse presente, por guiar os meus passos e por estar comigo em todos os momentos. Palavras não são capazes de expressar sua grandeza, bondade e magnificência.

À minha família, pelo total apoio, os meus mais sinceros agradecimentos. Ao meu pai, por sempre me incentivar e pelos seus sábios conselhos. Minha mãe, por sempre acreditar em mim e cuidar de uma forma tão especial. Meu irmão Ader, por toda parceria e risadas. Minha irmãzinha Adele por alegrar meus dias e compartilhar seu amor com leveza e inocência. Também agradeço minha tia Maiane por todo carinho.

Sou muito grata a todas as professoras e professores que tive na graduação e na vida. Aprender com cada um foi um imenso prazer.

Agradeço ao Ipol, aos meus colegas de curso e todas as pessoas que conheci durante essa trajetória, em especial Ana Luíza, Grace Kelly, Diogo, Eduardo, Paulo, Gustavo, Isabella e todos os colegas do Projeto Politeia.

Minhas amigas, Vivian e Letícia, muito obrigada por tudo. Apesar da vida pós ensino médio ter nos afastado um pouco, vocês continuam sendo pessoas muito especiais para mim.

Também gostaria de externar minha gratidão ao meu orientador, professor Felipe. Obrigada pela paciência, disposição em ouvir e ajudar e pelos seus ensinamentos. Ademais, agradeço ao Duca (FEF/UnB) por me acolher e compartilhar conhecimento e experiências.

Por fim, agradeço ao atletismo, o esporte que me abriu tantas portas e permitiu que eu conhecesse pessoas maravilhosas.

RESUMO

Conciliar as demandas da vida acadêmica juntamente com as exigências do esporte pode ocasionar em um tensionamento da rotina de estudantes que optam também por sua formação esportiva. Para que a gestão esportiva seja eficaz, eficiente e efetiva, torna-se necessário a atuação qualificada de gestores para o monitoramento do esporte em suas organizações. No ambiente universitário, é relevante que a gestão esportiva compreenda a situação específica do estudante atleta para propor ações que viabilizem a conciliação de sua rotina. Considerando o aspecto financeiro como algo essencial para a promoção do esporte em qualquer âmbito, este trabalho buscou analisar o perfil dos editais de Bolsa Atleta das universidades federais. Os resultados apontaram autonomia na estruturação e conteúdo dos editais, o que faz com que se tornem políticas únicas, formuladas a partir das necessidades e preferências de cada universidade. Também revelou essas ações como políticas de caráter mais assistencialista, visando a permanência do estudante na universidade, além da difusão do esporte no ambiente universitário.

Palavras-chave: editais de bolsa atleta; universidades federais; estudante atleta.

ABSTRACT

Reconciling the demands of academic life together with the demands of sport can lead to a tension in the routine of students who also opt for their sports training. In order for sports management to be effective and efficient, it is necessary for the qualified action of managers to monitor the sport in their organizations. In the university environment, it is important that sports management understand the specific situation of student athletes to propose actions that make it possible to reconcile their routine. Considering the financial aspect as something essential for the promotion of sport in any scope, this work sought to analyze the profile of the Athlete Scholarship notices from federal universities. The results showed autonomy in the structuring and content of the notices, which makes them unique policies, formulated based on the needs and preferences of each university. It also revealed these actions as more assistentialist policies, aiming at the student's permanence at the university, in addition to the dissemination of sport in the university environment.

Keywords: athlete scholarship notices; federal universities; student athlete.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

UNB – Universidade de Brasília

UFGD – Universidade Federal de Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UFCA – Universidade Federal do Cariri

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

UFLA – Universidade Federal de Lavras

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

CBDU - Confederação Brasileira do Desporto Universitário

FAPE – Federação Acadêmica Pernambucana de Esportes

Prouni – Programa Universidade para Todos

Fies – Fundo de Financiamento Estudantil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Modelo Holístico de Wylleman, Reints e De Knop (2013)	15
Figura 2. Suposta Indústria do Esporte no Brasil	19
Figura 3. Modelo SPLISS. Modelo teórico dos nove pilares da estrutura esportiva que influenciam o sucesso internacional	20
Figura 4. Resultados do Brasil no consórcio internacional SPLISS	21
Figura 5. Mapa das Universidades Federais com Bolsa Atleta	23

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Origem institucional dos editais	24
Quadro 2. Nome do benefício e ano do edital	25
Quadro 3. Objetivos recorrentes nos editais	27
Quadro 4. Critérios recorrentes nos editais	29
Quadro 5. Obrigações recorrentes nos editais	31
Quadro 6. Etapas recorrentes do processo seletivo nos editais	33

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
3. O ESPORTE E A CONCILIAÇÃO COM OS ESTUDOS	13
4. GESTÃO ESPORTIVA	17
4.1. O ESPORTE COMO MERCADO: A ATUAÇÃO QUALIFICADA DOS GESTORES	18
5. ANÁLISE DOS EDITAIS DE BOLSA ATLETA	22
5.1. CATEGORIAS DE ANÁLISE	22
5.1.1. Distribuição Regional	22
5.1.2. Origem Institucional	23
5.1.3. Nome do Benefício e Ano do Edital	25
5.1.4. Objetivos	26
5.1.5. Critérios de seleção	28
5.1.6. Obrigações do bolsista	30
5.1.7. Processo Seletivo	32
6. DISCUSSÃO	34
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

1. INTRODUÇÃO

A universidade, enquanto organização diversa marcada pela pluralidade de ideias e ações, também pode abranger o esporte no seu escopo. O esporte universitário pode ser definido como toda e qualquer prática esportiva, realizada por estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação ou pós-graduação de instituições de ensino superior (IES), sejam elas públicas ou privadas (MAZZEI; BASTOS, 2012; FIOCHI-MARQUES; DE OLIVEIRA; MELO-SILVA, 2018; BARBOSA, 2014). Nesse sentido, todas as ações relacionadas ao esporte planejadas e desenvolvidas no ambiente acadêmico pelas IES, em suas distintas manifestações, integram o esporte universitário.

A Constituição Federal de 1988 no artigo 217 atribui ao Estado o dever de fomentar práticas desportivas formais ou não formais, como direito de cada indivíduo (BRASIL, 1988). A Lei nº 9.615 de 1998, conhecida como Lei Pelé, dispõe sobre as normas gerais do desporto brasileiro (BRASIL, 1998), instituindo transparência para as atividades esportivas e segurança jurídica para os atletas e profissionais vinculados ao esporte. Em seu artigo 3º são apresentadas as quatro manifestações do desporto – educacional, de participação, de rendimento e de formação. No contexto universitário, podem surgir essas quatro manifestações, tornando-se relevante uma gestão que observe as particularidades, potenciais e desafios de sua organização.

Quando se trata do esporte, destacam-se dois temas distintos – Dupla Carreira e Gestão do Esporte – que trazem importantes reflexões e contribuições para o planejamento da carreira de atletas, organização do esporte, delineamento de políticas públicas voltadas para a área esportiva, dentre outras (RYBA *et al.*, 2014; MAZZEI; ROCCO, 2017; FIOCHI-MARQUES; DE OLIVEIRA; MELO-SILVA, 2018).

A dupla carreira consiste no desafio da conciliação das demandas esportivas, juntamente com as demandas estudantis e de trabalho (RYBA *et al.*, 2014), seja ele formal ou informal. O indivíduo que opta por essa dupla formação depara-se com uma rotina marcada pela tensão e desequilíbrio, o que exige articulação para um melhor aproveitamento dessas jornadas.

A gestão do esporte pode ser definida como a utilização e aplicação de diferentes conhecimentos para o gerenciamento das distintas atividades e organizações existentes

que envolvem o fenômeno Esporte. Esses conhecimentos são oriundos principalmente das Ciências do Esporte e da Administração (MAZZEI; ROCCO, 2017).

É importante ressaltar que os recursos financeiros são fundamentais para o desenvolvimento do esporte em qualquer âmbito. Nesse sentido, destacam-se dois modelos que tem como uma de suas premissas o aspecto financeiro. O SPLISS – *Sports Policy Leading to International Sporting Success* – consiste em um modelo teórico de análise da estrutura esportiva que leva ao sucesso internacional, fundamentado em nove pilares. A entrada desse modelo se dá por meio do Pilar 1 – suporte financeiro – evidenciando a importância dos recursos financeiros para organização e obtenção do sucesso esportivo (DE BOSSCHER et al., 2009). Esse aspecto também é abordado pelo modelo holístico, que considera uma visão ampla e integradora dos elementos da formação do atleta, divididos em cinco eixos, sendo um deles o desenvolvimento financeiro (WYLLEMAN; ROSIER, 2016).

Apresentado esse contexto, esta pesquisa buscou explorar o perfil de políticas institucionais de esporte nas universidades federais brasileiras, a partir de uma análise da concessão de recursos financeiros para estudantes atletas presente em editais caracterizados como “bolsa atleta”. Os objetivos específicos buscaram compreender a forma com que as universidades lidam com o esporte universitário e comparar pontos que particularizam ou aproximam essas universidades.

Com o intuito de cumprir esses objetivos, este estudo foi organizado na apresentação dos procedimentos metodológicos e na discussão dos temas relacionados à gestão esportiva e à conciliação dos estudos com o esporte (dupla carreira). Posteriormente foram analisados os editais de bolsa atleta e avançou-se para a discussão e análise propostas. A pesquisa foi finalizada apresentando perspectivas e possibilidades para o desenvolvimento do esporte no ambiente universitário federal brasileiro, focando a construção de políticas institucionais para a consolidação de iniciativas de atendimento ao atleta e da promoção do esporte/lazer na universidade.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa consiste em um estudo exploratório que buscou identificar as políticas de repasse de recursos financeiros – aqui definidos como Programa Bolsa Atleta – das universidades federais brasileiras para seus estudantes, que atendem ao esporte em suas diferentes dimensões. O Brasil possui 69 universidades públicas federais, de acordo com dados recentes disponíveis em sites sobre educação¹, dentre as quais 11 se encontram na região Norte; 20 na região Nordeste; 8 na região Centro-Oeste; 19 na região Sudeste e 11 na região Sul. Desse quantitativo de universidades, a pesquisa revelou que apenas 15 possuem editais de bolsa atleta. Utilizando a metodologia de análise documental (GIL, 2002), foram estabelecidas Categorias de Análise para explorar os editais.

Inicialmente foram estabelecidas 11 categorias gerais para compreender o perfil dos editais, bem como suas dinâmicas de funcionamento: distribuição regional; origem institucional; nome do benefício e ano do edital; objetivos; critérios; quantidade de bolsas e número de parcelas; valor; modalidades esportivas; obrigações do bolsista; fonte dos recursos financeiros e processo seletivo. Contudo, para refinar a análise, foram delimitadas sete categorias das citadas anteriormente: distribuição regional; origem institucional; nome do benefício e ano do edital; objetivos; critérios; obrigações do bolsista e processo seletivo. Essas sete categorias serão discutidas ao longo do texto, buscando estabelecer uma comparação entre as universidades.

Os editais foram coletados por meio de buscas realizadas nos sites oficiais das 69 universidades, priorizando os documentos mais recentes disponibilizados. Foram feitas duas buscas, em momentos distintos: a primeira – no ano de 2020 – teve o objetivo de identificar os editais e a segunda – em 2021 – foi de caráter revisional. Acessando a página oficial da universidade, buscou-se pelos órgãos, diretorias ou por abas que direcionavam para os responsáveis pela publicação dos editais. Quando estes não eram encontrados, foram inseridas palavras-chave nas barras de pesquisa dos próprios sites – esporte; bolsa atleta; atleta; esporte e lazer; esporte de rendimento – para

¹ Acesso disponível nos sites:

<https://www.pebsp.com/lista-de-universidade-federais-do-brasil-2020/>

<https://querobolsa.com.br/revista/universidades-federais-veja-a-lista-de-instituicoes-por-regiao-do-brasil>

buscar algum indício de bolsa atleta. Quando os editais não eram identificados nas páginas dos possíveis órgãos responsáveis pela publicação ou na busca com os descritores nas barras de pesquisa dos sites, considerou-se que a universidade não possuía/disponibilizou o edital dessa política financeira para seus estudantes atletas.

Inicialmente, foram coletados 20 editais e após fazer uma leitura na íntegra desses documentos percebeu-se que cinco não se enquadravam nos parâmetros da pesquisa, ou seja, não tratavam especificamente de uma política direcionada a estudantes atletas, independentemente do seu envolvimento esportivo – participação, representação ou rendimento. Assim, os editais que versavam apenas sobre programas/projetos de extensão para difundir o esporte no ambiente universitário ou seleção de estudantes para auxiliar em atividades/eventos esportivos foram desconsiderados. Os 15 editais caracterizados como políticas de Bolsa Atleta foram analisados a partir das sete categorias delimitadas na pesquisa.

3. O ESPORTE E A CONCILIAÇÃO COM OS ESTUDOS

Conciliar estudos com a prática esportiva pode acarretar em muitas demandas, que por sua vez afetam a rotina, dependendo do grau de dedicação dado ao ensino e ao esporte. Assim, é importante levar em consideração as fases e transições da educação – ensino básico, técnico, superior – e da carreira esportiva – iniciação, especialização, finalização e pós-carreira. Também deve-se considerar as formas de dedicação do atleta ao esporte (PALLARÉS et al., 2011). No interior desses elementos esportivos e estudantis, destaca-se o fenômeno da dupla carreira esportiva, que tem como premissa básica a necessidade de conciliar os desafios e restrições do sistema educacional e/ou do mercado de trabalho juntamente com as exigências do esporte (EUROPEAN COMMISSION, 2012; RYBA *et al.*, 2014).

A Constituição Federal Brasileira de 1988, prevê a educação como um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado e da família. Ela visa o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). O Estado deve oferecer educação básica obrigatória e gratuita – pré-escola, ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, 1996). Ademais, o direito à Educação também é assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,

1990). Ao Estado não é prevista obrigatoriedade em garantir o ensino superior, contudo ele poderá ser ofertado através das universidades públicas e de programas sociais que incentivam a participação no ensino superior privado como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), por exemplo.

A carreira esportiva é dividida em diferentes etapas específicas, sendo elas: a iniciação; o período de aprendizagem e assimilação das principais habilidades; o começo das competições; o momento em que o atleta se encontra no alto nível de competição e a retirada do esporte (STAMBULOVA, 2007). Também é importante mencionar a existência de diferentes formas de dedicação do atleta em relação ao esporte. Destacam-se três modelos: o linear, cujo atleta se dedica exclusivamente ao esporte; o modelo convergente, em que o atleta se dedica tanto ao esporte quanto ao estudo/trabalho, mas prioriza um destes; e o modelo paralelo, no qual o atleta busca conciliar de forma equânime sua formação escolar/profissional e esportiva, isto é, prioriza ambas as demandas de forma mais equilibrada (PALLARÉS et al., 2011).

É importante identificar em quais fases e transições se encontra o indivíduo que opta por sua formação esportiva em concomitância com os estudos e/ou o trabalho, para que se tenha uma melhor compreensão de suas necessidades. Assim, é importante mencionar a perspectiva holística, que consiste em uma visão ampla e integradora dos elementos da formação do atleta e abrange cinco eixos independentes e dinâmicos, que podem apresentar diversos fatores, revelando diferentes aspectos da vida do atleta. Esses eixos se dividem entre o esportivo, o psicológico, o psicossocial, o acadêmico/vocacional e o financeiro (WYLLEMAN; REINTS; DE KNOP, 2013). A abordagem holística busca facilitar a compreensão das fases e transições da vida do atleta; organizar a gerência da alocação de recursos – físicos, materiais e humanos – que possibilitem suporte ao atleta em circunstâncias de difícil superação; além de prevenir problemas e sugerir mudanças que contribuam com o êxito do trabalho esportivo (SANTOS; ALEXANDRINO, 2015).

Um dos pontos relevantes em compreender o atleta a partir dessa perspectiva é a possibilidade de melhor direcionamento de políticas esportivas, pois as fases e transições de sua vida ficam mais evidentes, buscando direcionar melhores estratégias e resoluções para suas principais demandas.



Figura 1: Modelo Holístico de Wylleman, Reints e De Knop (2013), traduzido por Miranda (2019).

No Brasil, a ausência de legislação e a falta de tempo para conciliar as rotinas têm se mostrado como os principais desafios da dupla carreira. O país não possui uma legislação específica que ampare os direitos do estudante atleta, ficando a critério das instituições de ensino a adoção de mecanismos internos que promovam, ainda que tênue, algum amparo para essa categoria (MIRANDA; SANTOS; COSTA, 2020). A revisão sistemática feita por Miranda, Santos e Costa (2020) mostrou que a falta de tempo e a dificuldade para conciliá-lo, bem como a ausência de regulamentação específica na legislação esportiva são as principais dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento da dupla carreira. Contudo, o suporte familiar presente na flexibilização da formação escolar é tido como o principal fator que ameniza esses desafios.

No ensino superior, o esporte também pode aparecer em suas quatro manifestações – educacional, de participação, de rendimento e de formação – e dada a complexidade do contexto acadêmico, os estudantes que também optam por sua formação esportiva apresentam demandas específicas. Considerando o mercado de trabalho como algo exigente e competitivo, é relevante que estudantes participem de atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de estágios para auxiliar na

complementação do currículo e capacitação profissional. Essa situação pode ser complicada para atletas universitários, pois o tempo despendido com as demandas esportivas e acadêmicas pode acabar impossibilitando um maior engajamento com atividades extras na universidade e fora dela.

Em pesquisa de entrevistas semiestruturadas realizada por Santos (2021) com quatro estudantes atletas da Universidade de Brasília do curso de Educação Física, constatou-se que as principais barreiras encontradas pelos atletas na universidade consistem em: falta de reposição dos conteúdos trabalhados em sala de aula e perda da explicação dos professores, ocasionados por viagens de competição; a não compreensão da condição específica do atleta por parte do corpo docente, o que pode acarretar em prejuízo nas notas, não tendo reposição de avaliações; além da dificuldade de justificação das faltas, o que pode tornar suscetível à reprovação por conta dessas ausências. O diagnóstico também apontou os facilitadores da dupla carreira encontrados por esses estudantes. Os principais são a flexibilidade curricular presente na instituição, que possibilita a adaptação da grade horária, tornando viável a rotina de treinamentos e a possibilidade de cursar disciplinas optativas em outros departamentos, o que viabiliza um componente curricular mais autêntico com os interesses acadêmicos e profissionais do estudante.

Outro estudo que também identifica as barreiras e facilitadores do estudante atleta no ensino superior é a revisão narrativa de Martins, Rocha e Costa (2020), que analisou a produção internacional que debate o processo de formação esportiva em conciliação com a formação universitária, com intuito de conhecer as experiências e modelos desenvolvidos para qualificar a discussão no contexto brasileiro. Dentre os fatores facilitadores para harmonização das rotinas acadêmica e esportiva, destacam-se a redução da distância entre o centro de treinamento e o local de estudo, minimizando o tempo de deslocamento; além da percepção de atores sociais que cercam o atleta – professores, treinadores, familiares e gestores esportivos e escolares – como corresponsáveis no processo de conciliação da dupla carreira.

Com o intuito de superar o estereótipo de inferioridade intelectual atribuído aos atletas, foram apontados como principais meios: o incentivo às metas acadêmicas e a sensibilidade da própria comunidade acadêmica em relação às dificuldades encontradas por esse grupo de estudantes. Já em relação ao aproveitamento da carreira pós-esporte

de forma satisfatória, foi indicada a oferta de cursos online em períodos de preparação para competições e a participação em atividades que desenvolvam profissionalmente o indivíduo (MARTINS; ROCHA; COSTA, 2020).

Dessa forma, percebe-se que a situação de dupla carreira, sobretudo no contexto universitário, impõe algumas barreiras aos estudantes atletas, o que dificulta e tensiona a conciliação de suas demandas acadêmicas e esportivas. Contudo, também é possível apontar e até mesmo sugerir facilitadores que buscam viabilizar uma conciliação mais harmoniosa. Na universidade, a gestão esportiva pode ajudar consideravelmente na promoção e efetivação dos facilitadores citados e até mesmo de novos, assim, é de extrema relevância ter conhecimento do tema e sensibilidade com a situação desses estudantes para ajudá-los com sua dupla carreira.

4. GESTÃO ESPORTIVA

A gestão esportiva ou gestão do esporte pode ser compreendida como a utilização e aplicação dos diversos conhecimentos advindos das ciências do esporte e da administração para o gerenciamento de atividades e organizações que estão envolvidas com o esporte (MAZZEI; ROCCO, 2017). Essa é uma área ampla, marcada pela multidisciplinaridade e interlocução com outras áreas como o Direito, a Política, a Psicologia, a Sociologia e a Comunicação. Na prática, a gestão do esporte tem como objetivo gerenciar de forma efetiva, eficaz e eficiente as atividades e organizações esportivas. A principal função da gestão do esporte é desenvolvê-lo de forma consciente e coerente em suas diversas manifestações. Para que isso ocorra de forma efetiva, é importante que os gestores se atentem ao conhecimento científico produzido, pois este pode fornecer suporte para planejamento e tomada de decisões, evitando o empirismo dominante e erros frequentes (MAZZEI; ROCCO, 2017).

O desenvolvimento da gestão esportiva deve ser encarado de maneira específica, adequada ao contexto social, cultural e econômico a ser desenvolvido. Delinear as “fronteiras” que a gestão esportiva vai alcançar ajuda a traçar melhores caminhos para uma gestão eficiente, seja ela referente à construção de programas institucionais ou de políticas públicas, focadas nas diferentes dimensões do esporte.

Conforme apresentam Mazzei e Rocco (2017), determinar um único perfil do gestor esportivo é uma tarefa audaciosa, complexa e até mesmo errônea. Todavia, é relevante que seu perfil seja composto de conhecimentos do Esporte, juntamente com conhecimentos da Administração. Segundo Tafalla e Sancho (2005), podem ser divididas em seis áreas as funções diárias realizadas pelos gestores esportivos: administração das finanças; instalações; atividades esportivas; marketing; recursos humanos e direção.

Para Sancho (2013) a gestão esportiva se converte em um processo que necessita da atuação coordenada e interdependente de diversos fatores considerados básicos que devem ser de conhecimento do gestor. Os fatores se dividem entre conhecer as necessidades e aspirações esportivas da população, a legislação esportiva e não esportiva que se aplica ao esporte, bem como as organizações esportivas e suas responsabilidades. É importante que se tenha o planejamento como método de trabalho. Conhecer os programas esportivos, as instalações – infraestrutura, equipamentos etc. – e possuir uma interlocução com técnicos e dirigentes esportivos também se faz necessário. Outro fator que o gestor deve ter conhecimento são os recursos econômicos, um aspecto essencial para execução da gestão. Ademais, os gestores precisam se atentar à ética e aos valores esportivos e a possíveis impactos que suas ações possam provocar no meio ambiente e sua preservação. Como consequência dos fatores mencionados podem surgir elementos complementares como marketing e divulgação esportiva, novas tecnologias para auxiliarem na gestão e as relações governamentais (SANCHO, 2013).

4.1. O esporte como mercado: a atuação qualificada dos gestores

A atuação dos gestores esportivos pode ser feita na denominada Indústria do Esporte. Mazzei e Rocco (2017) mencionam três segmentos identificados nessa indústria – prática, promoção e produção – além do segmento ligado a órgãos governamentais, que desenvolvem leis e desenham e aplicam políticas públicas.

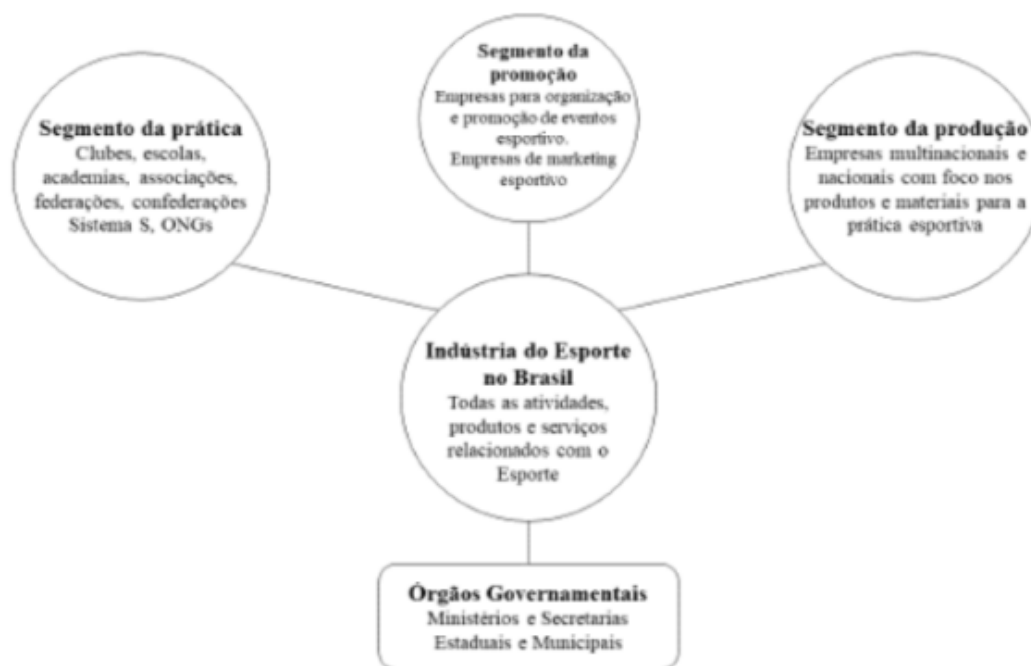


Figura 2. Suposta Indústria do Esporte no Brasil. Fonte (MAZZEI; ROCCO, 2017).

Um dos aspectos importantes para execução da gestão esportiva consiste nos recursos financeiros ou orçamento destinado para as ações planejadas. Pagamento de pessoal qualificado, benefícios para atletas, financiamento para construção e reparo de centros esportivos, compra de materiais esportivos, dentre outras atividades, necessitam de dinheiro. Nesse sentido, pode-se mencionar um modelo que possui como um de seus pressupostos o aspecto financeiro.

O modelo SPLISS – *Sports Policy Leading to International Sporting Success* – (DE BOSSCHER et al., 2009) consiste em um modelo de avaliação de políticas para o esporte de alto rendimento baseado em fatores que podem influenciar no sucesso esportivo internacional, fundamentado em nove pilares. Os fatores podem ser divididos em três níveis: a) o micronível refere-se ao desempenho individual e aspectos específicos do treinamento físico; b) o mesonível abrange as políticas do país voltadas para o esporte; c) o macronível compreende os aspectos gerais (econômicos, históricos, sociais etc.) A entrada desse modelo se dá por meio do Pilar 1 – suporte financeiro e o sucesso esportivo internacional é considerado como a saída do modelo e pode ser observado pelos resultados dos Jogos Olímpicos de Verão, Jogos Olímpicos de Inverno e Campeonatos Mundiais (DANTAS et al., 2018; MEIRA; BASTOS; BÖHME, 2012).



Figura 3. Modelo SPLISS. Modelo teórico dos nove pilares da estrutura esportiva que influenciam o sucesso internacional. Fonte: traduzido de De Bosscher et al., 2009. (MEIRA; BASTOS; BÖHME, 2012).

A análise feita por Mazzei e Rocco (2017) do comparativo realizado do consórcio SPLISS entre 15 países – Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Holanda, Irlanda do Norte, Japão, Portugal e Suíça – constatou que no Brasil a disponibilidade para os recursos financeiros é alta, se comparada com os outros países participantes da pesquisa. Contudo, os resultados da maioria dos outros pilares são ruins, estão abaixo da média. Essa incongruência evidencia a falta de uma gestão eficiente, eficaz e efetiva no esporte brasileiro.

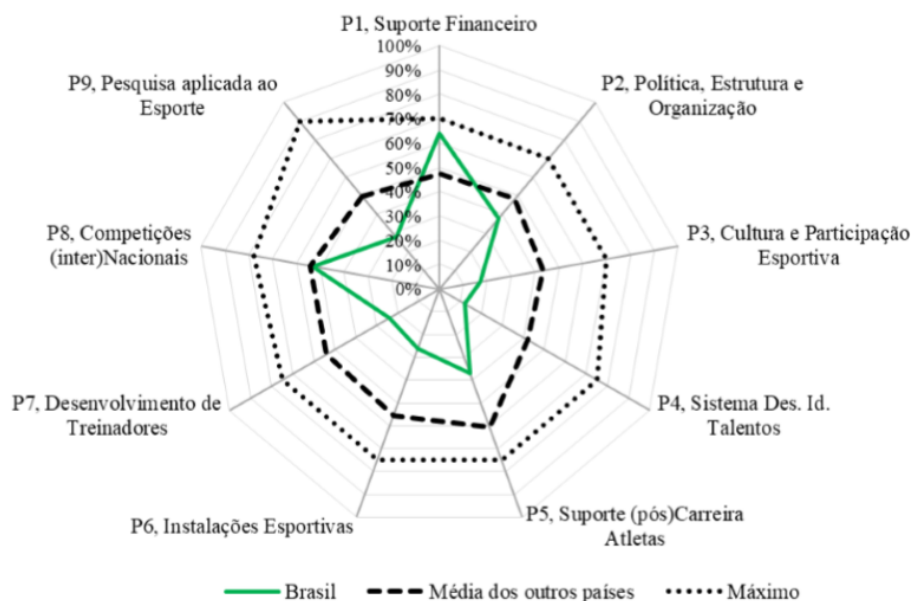


Figura 4. Resultados do Brasil no consórcio internacional SPLISS. Fonte: Adaptado de De Bosscher et al., 2015 (MAZZEI; ROCCO, 2017).

Todos esses conceitos relacionados à boa prática da gestão esportiva para o alto rendimento também se aplicam à gestão esportiva universitária. É importante que as ações esportivas alcancem a comunidade acadêmica, de forma que todos os indivíduos inseridos nesse contexto – discentes, docentes, técnicos – tenham conhecimento das atividades/ações disponibilizadas como, por exemplo, bolsa atleta, auxílios para custeio de competições, projetos e oficinas esportivas, dentre outras. Mapear o perfil de seus atletas – participação, representação, rendimento – também é relevante para direcionar ações adequadas para demandas específicas de cada grupo.

Outro aspecto relevante a ser considerado pela gestão esportiva são as formas de manifestações do desporto. O artigo 3º da Lei nº 9.615 de 1998 – Lei Pelé – apresenta as quatro manifestações que reconhecem o desporto (BRASIL, 1998). O desporto educacional tem como finalidade alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer, sendo desenvolvido nos sistemas de ensino e em formas assimétricas de educação, além de evitar a seletividade e a hiper competitividade. O desporto de participação, de caráter voluntário, compreende as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração da vida social, promoção da saúde e educação, bem como preservação do meio ambiente. O desporto de rendimento, que tem como finalidade obter resultados e

integrar pessoas e comunidades do país entre si e com outras nações. Por fim, o desporto de formação, que tem como objetivo promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva, seja nos termos recreativos, competitivos ou de alta competição. Essa manifestação do desporto é caracterizada pelo fomento e aquisição de conhecimentos do esporte que garantam competência técnica na intervenção desportiva.

Ao transferir essas manifestações para o esporte universitário estrutura-se a correlação de que o esporte universitário educacional visa a prática de esportes por meio da disciplina de Prática Desportiva; o esporte universitário de participação visa a integração por meio de práticas esportivas voluntárias; e o esporte universitário de rendimento visa a formação de equipes e atletas para disputar campeonatos universitários (STERN *et al.*, 2009, apud MAZZEI; BASTOS, 2012). Ademais, o esporte universitário de formação visa oportunizar a prática de atividades físicas para os estudantes, incentivando o aperfeiçoamento da prática, não apenas para fins competitivos, mas também recreativos.

Considerando os aspectos levantados da gestão esportiva, bem como as qualificações do gestor, percebe-se a necessidade de que os gestores esportivos tenham familiaridade com o esporte e conhecimento do contexto em que será desenvolvida sua gestão. Assim, no contexto universitário, é relevante que os gestores tenham conhecimento da situação de dupla carreira dos estudantes atletas (MARTINS; ROCHA; COSTA, 2020) para promover ações que facilitem a combinação exitosa de suas demandas como, por exemplo, publicação de estatutos ou documentos que garantam maior segurança em termos regimentais para os atletas; políticas de incentivo financeiro como a bolsa atleta; tutorias para os atletas; dentre outras propostas.

5. ANÁLISE DOS EDITAIS DE BOLSA ATLETA

5.1. Categorias de Análise

5.1.1. Distribuição Regional

As 15 universidades com bolsa atleta estão distribuídas pelas cinco regiões do país. Na região Centro-Oeste localiza-se a Universidade de Brasília (UnB) no Distrito

Federal; e no Mato Grosso do Sul a Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD) e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). A região Nordeste concentra sete universidades, sendo estas, a Universidade Federal do Cariri (UFCA) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), ambas no estado do Ceará; em Pernambuco, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), ambas no Rio Grande do Norte; e no estado de Sergipe, encontra-se a Universidade Federal de Sergipe (UFS). A região Norte conta com apenas uma universidade, localizada no estado do Pará, a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Dos quatro estados da região Sudeste, dois possuem universidades com bolsa atleta, são eles, o estado de Minas Gerais com a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e o Rio de Janeiro com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Por fim, a região Sul, assim como a região Norte, conta com apenas uma universidade, localizada em Santa Catarina, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

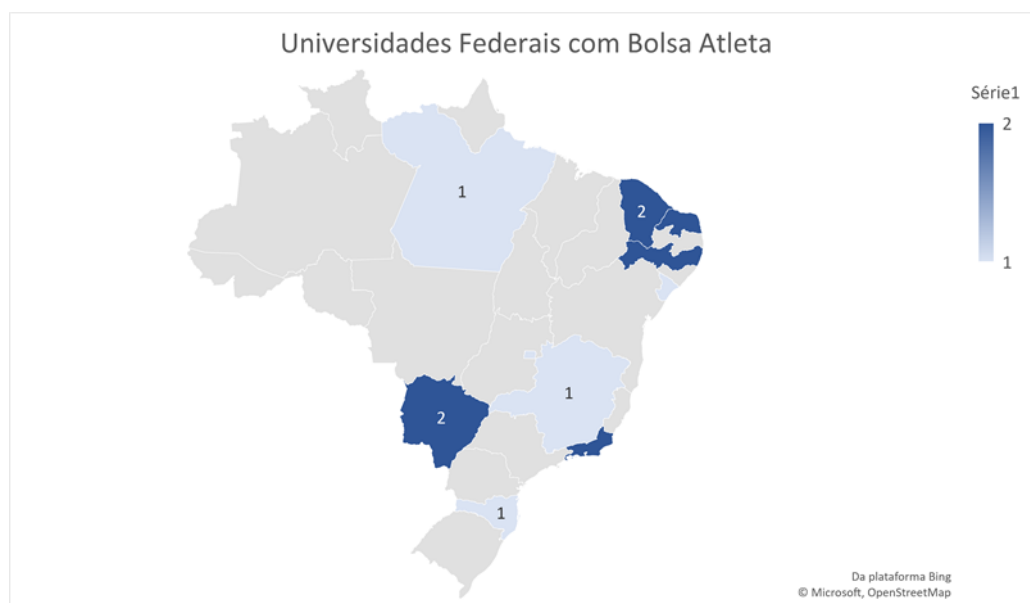


Figura 5. Mapa dos estados das Universidades Federais com Bolsa Atleta. Elaboração própria.

5.1.2. Origem Institucional

A origem institucional está relacionada ao órgão, dentro da universidade, responsável pela publicação e aplicação do edital. Nove editais têm como origem

institucional uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis ou variações desta. Os editais da UFC, UFPE, UFRN, UFERSA, UFS e UFF advém especificamente de uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Já os editais da UFGD e da UFLA têm como origem institucional uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários. A UFRPE também apresenta esse caráter estudantil em sua origem, pois seu edital advém da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão. Também foram encontradas ações institucionais envolvendo o Bolsa Atleta vinculadas à extensão na universidade. O edital da UFRRJ tem como origem institucional a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e a Pró-Reitoria de Extensão. Já o edital da UFMS advém da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte, e o da UFRA, da Pró-Reitoria de Extensão. O da UFCA está vinculado à Pró-Reitoria de Cultura.

Duas universidades publicaram seus editais estabelecendo uma relação mais direta com um órgão específico responsável pela gestão esportiva no ambiente acadêmico. O edital da UnB advém do Decanato de Assuntos Comunitários juntamente com a Diretoria de Esporte e Lazer e a UFSC tem seu edital publicado por uma Secretaria de Esportes.

Quadro 1. Origem institucional dos editais

Órgão	Universidade
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	UFC, UFPE, UFRN, UFERSA, UFS e UFF
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários	UFGD e UFLA
Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão	UFRPE
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/ Pró-Reitoria de Extensão	UFRRJ
Pró-Reitoria de Extensão	UFRA
Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte	UFMS
Pró-Reitoria de Cultura	UFCA
Decanato de Assuntos Comunitários e Diretoria de Esporte e Lazer	UNB

Secretaria de Esportes	UFSC
------------------------	------

Fonte: Elaboração própria

5.1.3. Nome do Benefício e Ano do Edital

As buscas realizadas nos sites oficiais das universidades selecionaram os editais mais recentes disponibilizados. Grande parte dos editais foram publicados no ano de 2019, sendo as universidades: UFGD, UFMS, UFPE, UFRN, UFERSA, UFLA, UFF e UFSC. Em 2018, a UnB, UFS e UFRRJ publicaram os editais de bolsa atleta. O mais antigo é o edital da UFRA, de 2015. Em 2020, a UFRPE publicou seu edital. Por fim, os mais recentes, publicados no ano de 2021, foram os da UFCA e UFC, ambas no estado do Ceará.

Quadro 2. Nome do benefício e ano do edital

Universidade	Nome do Benefício	Ano
UNB	Programa Bolsa Atleta do Esporte Universitário UnB	2018
UFGD	Programa Time UFGD – Bolsa Atleta	2019
UFMS	Programa Bolsa Atleta	2019
UFCA	Projeto Rendimento Esportivo	2021
UFC	Programa Bolsa de Incentivo ao Desporto	2021
UFPE	Bolsa Atleta	2019
UFRPE	Programa de Promoção ao Esporte PPE – Auxílio Atleta	2020
UFRN	Bolsa atleta	2019
UFERSA	Bolsa Apoio ao Esporte	2019

UFS	Auxílio esporte	2018
UFRA	Bolsas de Incentivo ao Esporte	2015
UFLA	Programa Bolsa Atleta de Alto Rendimento (PROAR)	2019
UFF	Bolsa Atleta	2019
UFRRJ	Auxílio de Incentivo ao Esporte	2018
UFSC	Bolsas de Extensão do Programa de Desenvolvimento do Esporte da UFSC	2019

Fonte: Elaboração própria

5.1.4. Objetivos

Os objetivos consistem naquilo que os editais buscam fomentar através dos recursos financeiros destinados aos estudantes que são contemplados pelo pleito. Não existe um objetivo padrão em todas as universidades. Contudo, de modo geral, percebeu-se certa frequência de objetivos, que foram elencados em algumas subcategorias. Um dos objetivos está vinculado à ampliação da vivência esportiva e fomento do esporte universitário. As universidades que preveem isto são a UnB, UFMS, UFCA, UFRA e UFRRJ. A representação da universidade por estudantes, contemplados pelo benefício, em competições e eventos esportivos também aparece com frequência. Nesse sentido, especificam esse objetivo em seus editais a UnB, UFPE, UFRA, UFRRJ e UFSC. Alguns editais visam contribuir para o desempenho esportivo do estudante atleta, sendo as universidades: UnB, UFC, UFPE e UFF. Outro ponto mencionado consiste na contribuição para o desempenho acadêmico do beneficiário. Citado nos editais da UnB, UFC, UFPE, UFRA e UFF.

Por se tratar de um benefício que concede recursos financeiros para o estudante, algumas universidades buscam, com a bolsa atleta, auxiliar com as despesas e os custos vinculados à prática esportiva, sendo estas a UnB, UFRN, UFRA, UFF e UFRRJ. A

UFSC, em seu edital, menciona como objetivo o auxílio para o treinamento de modalidades de representação universitária, contudo esta não será enquadrada na categoria de benefício citada anteriormente, por não especificar como seria esse auxílio aos treinamentos – financeiro, contratação de técnicos, concessão de espaços e locais adequados, etc. O objetivo menos mencionado na parte de objetivos dos editais está relacionado à permanência do estudante na universidade. Apenas a UFRN prevê isto em seu edital e a UFCA cita algo similar, pois busca “colaborar no combate à evasão e à retenção universitária”.

Constataram-se objetivos específicos que não necessariamente se enquadram/limitam aos citados anteriormente. Um exemplo disso é a UFRSA que busca apoiar o desenvolvimento das atividades oferecidas a seus estudantes, que estão relacionadas à modalidade esportiva do bolsista. Ademais, um dos objetivos da UFCA consiste na busca pela “integração entre formação intelectual, corporal e social por meio dos incentivos às manifestações relacionadas ao corpo, culturas do movimento e práticas esportivas”.

Quadro 3. Objetivos recorrentes nos editais

Objetivos	Universidades
Vivência esportiva e fomento do esporte universitário	UNB, UFMS, UFCA, UFRA, UFRRJ.
Representação da universidade	UNB, UFPE, UFRA, UFRRJ, UFSC.
Desempenho esportivo	UNB, UFC, UFPE, UFF.
Desempenho acadêmico	UNB, UFC, UFPE, UFRA, UFF.
Auxiliar com despesas e custos vinculados à prática esportiva	UNB, UFRN, UFRA, UFF, UFRRJ.
Permanência do estudante na universidade	UFRN, UFCA.

Fonte: Elaboração própria

5.1.5. Critérios de seleção

Os requisitos para o pleito do benefício variam muito entre as universidades e são utilizados para selecionar os estudantes aptos para participarem do processo seletivo, bem como aqueles que poderão receber o benefício. Com o intuito de organizar a análise, foram estabelecidos os principais critérios mais recorrentes presentes nos editais.

Cinco editais estabelecem a condição de situação de vulnerabilidade socioeconômica para os estudantes solicitarem e terem acesso ao benefício, que deve ser comprovada por meio de documentação específica prevista em cada edital. Os editais da UFRPE, UFRN, UFERSA, UFS e UFRRJ exigem isto. Já a UnB e a UFC priorizam estudantes nessa situação. As demais universidades não preveem isso como critério.

Além dos cursos de graduação, quatro editais contemplam os cursos de pós-graduação, como é o caso da UnB, UFGD, UFPE e UFRA. As demais universidades destinam bolsas para os estudantes regulares dos cursos de graduação. Contudo, existem duas com critérios específicos, como a UFRPE, que seleciona estudantes em sua primeira e única graduação, e a UFSC que contempla apenas estudantes com matrícula regular no curso presencial de bacharelado ou licenciatura em Educação Física.

Outro critério presente em oito editais foi o de rendimento acadêmico. Ser um estudante regular que apresenta boa frequência e cumpra com as normas de seus cursos e da universidade é algo, de certa forma, difundido em todos os editais. Contudo, alguns exigem especificamente o rendimento acadêmico, seja para receber o benefício ou para renová-lo, sendo as universidades: UnB, UFRA, UFF e UFSC. Os índices desse rendimento estão especificados em cada edital. A UFRN estabelece a condição de apresentar rendimento satisfatório, conforme resolução citada no edital. Já a UFERSA solicita o rendimento acadêmico caso o estudante tenha sido beneficiário do Programa Institucional de Permanência da instituição. A UFPE exige que o estudante atenda aos critérios de rendimento acadêmico presentes na Resolução 01 e 02/2016 da PROAES. As demais universidades não utilizam o rendimento acadêmico ou similares deste como um requisito para solicitar/participar do pleito do benefício.

A dedicação em horas semanais para as atividades esportivas ora é apresentada nos requisitos ora nas obrigações do bolsista. A UnB e a UFGD preveem no edital que

os estudantes devem dispor de 10 horas semanais. A UFCA, UFC e UFPE solicitam 12 horas semanais. A UFRRJ, 6 horas semanais e a UFRN 8 horas semanais. A UFS trabalha com uma quantidade mínima de 6 horas e máxima de 12 horas semanais a serem cumpridas. A universidade que apresentou a quantidade maior de horas que devem ser dedicadas aos treinamentos foi a UFMS com 20 horas semanais. As universidades não mencionadas não informaram em seus editais as horas semanais de dedicação do estudante para as atividades referentes ao benefício esportivo.

Alguns editais estabelecem um limite de idade para que os estudantes possam ser beneficiários do bolsa atleta. A UnB prioriza os estudantes de 17 a 25 anos incompletos. A UFPE segue as diretrizes de idade preconizadas nos regulamentos constantes nos sites da CBDU e da FAPE, de acordo com cada modalidade esportiva. Já a UFRN estabelece um limite de 18 a 25 anos, ficando liberada uma bolsa para cada modalidade esportiva fora do limite de idade. A UFS estabelece um limite entre 17 e 24 anos incompletos. As demais universidades não apresentaram em seus editais um limite de idade para que os estudantes pudessem aderir ao benefício.

Um critério, presente em apenas dois editais, é o tutor/orientador esportivo. A UFMS solicita que o estudante seja aceito por um tutor esportivo que deve ser um funcionário da própria universidade. Já a UFLA prevê algumas obrigações que o estudante deve cumprir juntamente com seu orientador, sendo este o responsável pelo projeto e pela orientação do discente bolsista.

Quadro 4. Critérios recorrentes nos editais

Critérios	Universidades
Vulnerabilidade socioeconômica	UFRPE, UFRN, UFERSA, UFS, UFRRJ, UNB, UFC.
Contempla também estudantes da Pós-graduação	UNB, UFGD, UFPE, UFRA.
Rendimento Acadêmico	UNB, UFRA, UFF, UFSC.
Dedicação: horas semanais	UNB, UFGD, UFCA, UFC, UFPE, UFRRJ, UFRN, UFS, UFMS.

Limite de idade	UNB, UFPE, UFRN, UFS.
Tutor esportivo	UFMS, UFLA.

Fonte: Elaboração própria

5.1.6. Obrigações do bolsista

As obrigações dos bolsistas consistem naquilo que os estudantes devem cumprir para pleitear e continuar recebendo o benefício. Foram elencadas as obrigações mais recorrentes, divididas em três subcategorias – executar os treinamentos previstos no edital, como encaminhar relatórios, cumprir plano de treinos e se dedicar determinadas horas semanais aos treinos; participar de competições universitárias e eventos esportivos representando a universidade; e manter rendimento acadêmico para continuar recebendo o benefício.

Em relação aos treinos, as universidades UNB, UFGD, UFMS, UFCA, UFPE, UFRN, UFS, UFF e UFRRJ estabeleceram esse aspecto como obrigação. No que diz respeito à representação da universidade em competições, UNB, UFGD, UFCA, UFC, UFPE, UFRN, UFS, UFF e UFRRJ abordaram essa subcategoria em seus editais. Por fim, a obrigação de manter um rendimento acadêmico estava prevista nos editais da UNB, UFPE e UFF. Contudo, a UFC exigiu a aprovação em pelo menos uma disciplina no semestre e a UFRRJ informou que seria feita uma avaliação do histórico escolar e do comprovante de matrícula do estudante no início de cada semestre letivo para que este continuasse recebendo o benefício.

Além dessas recorrentes, muitas outras obrigações estão previstas nos editais. A seguir, serão citadas algumas específicas. No edital da UNB, caso o estudante não preste contas do Auxílio Viagem (AVI) no prazo previsto de (5 dias úteis), o pagamento da parcela da bolsa referente ao mês da viagem será cancelado. Na UFGD está previsto que os estudantes devem zelar pela economia dos materiais utilizados e pela conservação do patrimônio público. A UFMS estabelece que os bolsistas participem de reuniões solicitadas pelo órgão competente responsável pelo benefício. Além disso, toda participação e divulgação deve citar a condição de bolsista do estudante. Nas entrevistas este deverá utilizar uma camiseta específica do Programa bolsa atleta que será fornecida pela Pró-Reitoria. Caso essa exigência não seja cumprida a UFMS pode,

unilateralmente, cancelar a bolsa. Ademais, o bolsista deve participar da Semana Mais Esporte da UFMS com funções.

Ainda sobre obrigações específicas, a UFCA prevê que os bolsistas devem participar de grupos de estudo/pesquisa indicados pela Coordenadoria de Esporte e Cultura do Movimento, como parte de carga horária da bolsa. A UFC solicita em seu escopo de obrigações a apresentação das atividades da modalidade nos Encontros Universitários, bem como a entrega de um relatório informando rendimento esportivo satisfatório do atleta. UFRA e UFF solicitam que o estudante mencione o apoio do benefício em entrevistas que sejam realizadas para meios de comunicação, além de concederem à universidade seu direito de uso de som e de imagem. A UFRRJ prevê que os bolsistas participem diretamente da organização de eventos esportivos realizados no âmbito da UFRRJ. Por fim, a UFLA apresenta obrigações relacionadas a ações do bolsista com seu orientador/tutor, além do estudante ter que citar o vínculo de bolsista em competições e eventos esportivos, cujos resultados estejam relacionados às atividades do projeto da bolsa.

Estas foram as obrigações recorrentes e algumas específicas, consideradas relevantes para a pesquisa, mencionadas nos editais. Questões mais burocráticas como assinatura de termos de compromisso e envio de documentos durante a vigência do benefício também estão presentes nos editais de praticamente todas as universidades analisadas, exceto UFRPE e UFSC que não informaram as obrigações. Ademais, a UFERSA menciona apenas a obrigação relacionada às questões mais burocráticas em seu edital.

Quadro 5. Obrigações recorrentes nos editais

Treinamento	Competições	Rendimento Acadêmico
UNB	UNB	UNB
UFGD	UFGD	UFC (aprovação em pelo menos uma disciplina)
UFMS	UFCA	UFPE
UFCA	UFC	UFF

UFPE	UFPE	UFRRJ (avaliação do histórico escolar)
UFRN	UFRN	
UFS	UFS	
UFF	UFF	
UFRRJ	UFRRJ	

Fonte: Elaboração própria

5.1.7. Processo Seletivo

O processo seletivo previsto para a seleção de estudantes atletas que irão aderir ao pleito da bolsa atleta é especificado em cada edital. Nesse sentido, as universidades estruturam seus próprios procedimentos de seleção. Com o intuito de simplificar a compreensão dos processos seletivos, foram elencadas seis subcategorias para melhor estruturar a análise.

A primeira subcategoria consiste no envio e análise de documentação dos interessados em concorrer às vagas do benefício. Esses documentos estão previstos em cada edital e não seguem um padrão específico, dessa forma algumas universidades solicitam documentação comprobatória de renda, currículos apresentando títulos esportivos, histórico escolar e documentos de desempenho acadêmico, declarações emitidas por clubes ou órgãos competentes para comprovar filiação esportiva, dentre outros. Dos editais analisados, 14 preveem algum tipo de documentação, sendo os da UnB, UFMS, UFCA, UFC, UFPE, UFRPE, UFRN, UFERSA, UFS, UFRA, UFLA, UFF, UFRRJ e UFSC. Apenas UFGD não solicitou em seu edital documentação para participar do processo seletivo.

Outra etapa do processo seletivo, presente em muitos editais, é a instauração de uma comissão de avaliação, geralmente definida pelos órgãos competentes previstos em cada edital. Essas comissões podem avaliar tanto uma etapa do processo – avaliação de documentos, por exemplo – como todas as etapas. Sendo assim, cada edital especifica o papel de suas comissões avaliadoras. A UnB, UFGD, UFMS, UFCA, UFC, UFPE, UFRA, UFRRJ e UFSC apresentam as comissões e atribuem seus papéis.

A terceira subcategoria delimitada na análise do processo seletivo consiste em uma tabela/quadro de pontuações, com o intuito de classificar a posição dos participantes do processo, ou até mesmo eliminar, caso não cumpram determinada pontuação. Geralmente essas pontuações estão relacionadas aos títulos dos atletas (resultados obtidos em competições locais, estaduais, nacionais e internacionais), mas também podem estar vinculadas à documentação. As universidades que apresentam em seus editais essas tabelas/quadros de pontuação são: UFMS, UFCA, UFC, UFPE, UFRA, UFLA e UFSC.

Por se tratar de um benefício financeiro voltado para atletas ou promoção do esporte universitário por meio do subsídio e incentivo a atletas, alguns editais preveem a realização de avaliação de desempenho esportivo. Geralmente essas avaliações são feitas pela comissão avaliadora, contudo os procedimentos não estão bem definidos nos editais. A UFGD, UFC, UFPE, UFRPE, UFERSA, UFS, UFRA e UFRRJ solicitam avaliação de desempenho esportivo como uma etapa do processo seletivo.

A última subcategoria elencada na análise dos processos seletivos consiste na realização de entrevistas com os estudantes que estão solicitando o benefício ou com aqueles selecionados para receberem a bolsa, nos editais isso é especificado. Diante disso, a UFCA, UFERSA e UFRRJ realizam entrevistas em algum momento do processo seletivo.

Quadro 6. Etapas recorrentes do processo seletivo nos editais

Etapas do Processo Seletivo	Universidades
Documentação	UNB, UFMS, UFCA, UFC, UFPE, UFRPE, UFRN, UFERSA, UFS, UFRA, UFLA, UFF, UFRRJ, UFSC
Comissão de Avaliação	UNB, UFGD, UFMS, UFCA, UFC, UFPE, UFRA, UFRRJ, UFSC
Tabela de Pontuação	UFMS, UFCA, UFC, UFPE, UFRA, UFLA, UFSC
Avaliação do Desempenho Esportivo	UFGD, UFC, UFPE, UFRPE, UFERSA, UFS, UFRA, UFRRJ
Realização de Entrevistas	UFCA, UFERSA, UFRRJ

Fonte: Elaboração própria

6. DISCUSSÃO

A partir da delimitação de categorias para a análise dos editais foi possível perceber que as propostas de concessão de recursos financeiros para os estudantes que são atletas, denominadas neste estudo como Bolsa Atleta, não possuem uma padronização, ficando a critério de cada universidade sua estruturação.

A distribuição regional demonstrou que todas as cinco regiões do país possuem alguma universidade federal que disponibilizou/disponibiliza esse benefício para seus estudantes. Contudo os números são contrastantes, pois das 69 universidades, apenas 15 publicaram edital de bolsa atleta, um total de 22%, conforme identificado pela pesquisa. Ademais a região com a maior quantidade de universidades que possuem bolsa atleta é a nordeste, com sete, e as com menor quantidade são as regiões norte e sul, ambas com uma universidade.

A identificação da origem institucional foi importante para compreender, em certa medida, o perfil dos editais, além de identificar os responsáveis pela execução do benefício. Pelo fato dos editais apresentarem objetivos e critérios pulverizados, correlacionar essas categorias com a origem institucional pode acabar levando a um equívoco na análise, pois, por exemplo, todos os sete editais que possuem como critério a condição de vulnerabilidade socioeconômica do estudante advém de órgãos de assuntos estudantis ou comunitários (UFC, UFRPE, UFRN, UFERSA, UFS, UFRRJ, UNB), contudo nem todos os editais que advém desses órgãos estabelecem esse aspecto como critério para receber o benefício, como é o caso da UFPE, UFF e UFLA.

Elencar os anos de publicação dos editais mais recentes disponibilizados auxiliou na percepção de que não há uma periodicidade anual dessa política, além de muitas dessas terem sido descontinuadas. Grande parte dos editais se concentra no ano de 2019 (UFGD, UFMS, UFPE, UFRN, UFERSA, UFLA, UFF, UFSC), assim pode-se inferir que essas políticas foram descontinuadas nos anos seguintes, considerando que a última coleta dos editais foi feita no ano de 2021. Ademais, os editais mais recentes – de 2021 – foram publicados pela UFCA e UFC, e o edital mais antigo – de 2015 – é da UFRA.

Como mencionado anteriormente, os objetivos e critérios dos editais são muito pulverizados. Uma política mais voltada para a promoção do esporte e auxílio do

desenvolvimento esportivo do atleta, não necessariamente considera apenas o aspecto físico e resultados, mas também pode abordar a condição de vulnerabilidade socioeconômica desse estudante, como é o caso da UNB. Assim, estabelecer uma definição do tipo de política que os editais buscam promover – seja para promoção do desporto de participação, de rendimento e/ou de representação – a partir de uma correlação dos objetivos mencionados e dos critérios requisitados nos editais pode levar a equívocos na análise, pois as universidades seguem uma lógica própria na estruturação de seus editais, definindo seus objetivos e critérios de acordo com suas necessidades e preferências.

As obrigações previstas para os estudantes que pleitearem o benefício e o processo para selecioná-los varia entre as universidades. Assim, cada uma, de acordo com seu sistema de organização, define as diretrizes do processo seletivo e apresenta as obrigações que deverão ser cumpridas pelos estudantes para que recebam ou continuem recebendo o benefício. Apesar de ser uma política direcionada a atletas, nem todas as universidades estabelecem uma avaliação do desempenho esportivo desses estudantes, algumas preveem a conferência da condição de atleta por meio de documentos específicos anexados nas inscrições.

Mesmo que a delimitação do objeto analisado buscou selecionar editais que disponibilizem recursos financeiros diretamente para atletas na universidade, percebeu-se um perfil muito autônomo em cada edital quando se analisou origem institucional, objetivos, critérios, resultados, obrigações e o processo seletivo. Assim, ainda que universidades se aproximem em algumas dessas categorias, podem se afastar consideravelmente em outras.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou explorar o perfil de políticas institucionais de esporte nas universidades federais brasileiras, por meio de uma análise de benefícios que disponibilizam recursos financeiros para estudantes atletas, dispostos em editais caracterizados como Bolsa Atleta.

No Brasil, a compreensão do Programa Bolsa Atleta do Governo Federal está baseada no entendimento de que esta é uma política de patrocínio para atletas de rendimento, cujos critérios estão pautados, basicamente, no desempenho esportivo do atleta. Ao analisar os editais de bolsa atleta das universidades federais, constatou-se que essas políticas não seguem a lógica difundida no desporto de rendimento brasileiro, mas sim que funcionam, geralmente, como uma política de caráter mais assistencialista, visando a permanência do estudante na universidade, além da difusão do esporte no ambiente universitário.

Em relação às universidades, foi possível perceber que os editais, apesar de apresentarem uma estrutura relativamente parecida – origem institucional; objetivos; critérios; obrigações; processo seletivo – divergem em relação ao mérito desses aspectos. Isto é, cada universidade possui autonomia quanto à estruturação e conteúdo de seus editais, tornando difusas as informações apresentadas, o que inviabiliza enquadrar as ações como um único tipo de política esportiva nas universidades.

A disponibilização de bolsa atleta nas universidades ajuda os estudantes que se propõe a continuar treinando e competindo em sua modalidade, mesmo com as demandas da vida acadêmica. Contudo, essas políticas precisam ser desenhadas e aplicadas de modo que apresentem maior clareza em relação a qual manifestação do esporte pretendem alcançar, pois a falta dessa informação apresentada de modo conciso nos editais prejudica a compreensão dessa ação das universidades para seus atletas. Além disso, os órgãos responsáveis pela estruturação e acompanhamento da bolsa atleta precisam promover um esforço para que se tenha periodicidade na política, podendo alcançar estudantes atletas em momentos distintos.

Outra ação, que pode ser feita pela gestão esportiva na universidade, e aplicada conjuntamente com a disponibilização de bolsa atleta, consiste na publicação de estatutos que promovam segurança regimental para estudantes atletas. Esses estatutos

podem especificar os direitos e deveres dessa categoria de estudantes, além das ações na universidade que busquem promover uma conciliação harmoniosa das demandas acadêmicas e esportivas.

Diante do exposto, percebe-se a necessidade de novas pesquisas que busquem explorar o contexto do esporte nas universidades brasileiras para além de uma investigação, com todas as suas limitações, pautada em políticas de repasse de recursos financeiros para atletas. É relevante investigar e ouvir todos os atores envolvidos no esporte universitário para propor possíveis estratégias que auxiliem na promoção do esporte em suas distintas manifestações na universidade, bem como na ampliação de uma rede de apoio para os estudantes que optam também por sua formação esportiva.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Cláudio Gomes. Liderança na gestão do esporte universitário: proposta da criação de uma rede de dados. 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição** da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 12 mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília DF, 25 de março de 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2022.

DANTAS, C. R. et al. Gestão da Federação Cearense das Ginásticas-Um Estudo de Caso baseado no modelo SPLISS Management of the Cearense Federation of Gymnastics-A case study based on the SPLISS model. **Revista de Gestão e Negócios do Esporte (RGNE)**, v. 3, n. 1, p. 35–49, 2018.

DE BOSSCHER, V.; DE KNOP, P.; VAN BOTTENBRUG, S.; BINGHAM, J. Explaining international sporting success: an international comparison of elite sport systems and policies in six countries. *Sport Management Review*, Sydney, v.12, p.113-36, 2009.

EUROPEAN COMMISSION. Guidelines on dual careers of athletes recommended policy actions in support of dual careers in high-performance sport. 2012.

FIOCHI-MARQUES, Manoella; DE OLIVEIRA, Marina Cardoso; MELO-SILVA, Lucy Leal. Construção da carreira do universitário-atleta: percepções e expectativas na transição universidade-trabalho. **Psicologia Revista**, v. 27, p. 679-706, 2018.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. Vol. 4. São Paulo: Atlas, 2002.

HERNÁNDEZ, C. L. DE S. et al. Análisis de las barreras percibidas por los deportistas de élite españoles para acceder a los estudios Analysis of the Perceived barriers of the spanish ´ s elite athletes to studies access Análise de barreiras percebidas pelos atletas espanhóis para estu. **Cuadernos de Psicología del Deporte**, v. 15, n. November, p. 265–274, 2015.

MARTINS, F. B.; ROCHA, H. P. A. DA; COSTA, F. R. DA. Uma revisão narrativa sobre o estudante-atleta no Ensino Superior: barreiras, soluções e uma transição pós-carreira esportiva satisfatória. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 6, p. 1–25, 2020.

MAZZEI, L. C.; BASTOS, F. C. **Gestão do esporte no Brasil: desafios e perspectivas**. 1ª edição, Ícone Editora, São Paulo, 2012.

MAZZEI, Leandro; ROCCO, Ary. Um ensaio sobre a Gestão do Esporte: Um momento para a sua afirmação no Brasil. **Revista de Gestão e Negócios do Esporte (RGNE) – ISSN 2448-3052 (on-line)** - Sistema de Avaliação: Double Blind Review - São Paulo - v. 2, n. 1, p. 96-109, maio/2017.

MEIRA, T. DE B.; BASTOS, F. DA C.; BÖHME, M. T. S. Análise da estrutura organizacional do esporte de rendimento no Brasil: um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 2, p. 251–262, 2012.

MIRANDA, Iuri Scremin de. Transição para fora do esporte: a dupla carreira de ex-atletas beneficiadas pelo programa Bolsa Atleta do Distrito Federal. 2019. 185 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação Física) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MIRANDA, I. S. DE; SANTOS, W. DOS; COSTA, F. R. DA. Dupla carreira de estudantes atletas: uma revisão sistemática nacional. **Motrivivência**, v. 32, n. 61, p. 01–21, 2020.

PALLARÉS, S. et al. Modelos De Trayectoria Deportiva En Waterpolo Y Su Implicación En La Transición Hacia Una Carrera Profesional Alternative. **Cultura, Ciencia y Deporte**, v. 6, n. 17, p. 93–103, 2011.

RYBA, Tatiana V. et al. Dual career pathways of transnational athletes. *Psychology of Sport and Exercise*, [s. l.], v. 21, p. 125–134, 2014.

SANCHO, Juan Antonio Mestre. Componentes de la gestión deportiva. Una aproximación. **VIREF Revista de Educación Física**, v. 2, n. 2, p. 1-19, 2013.

SANTOS, A. L. P. DOS; ALEXANDRINO, R. R. Desenvolvimento da carreira do atleta: análise das fases e transições. **Conexões**, v. 13, n. 2, p. 185, 2015.

SANTOS, Vinícius Pereira dos. Dupla carreira esportiva: diagnóstico sobre barreiras e facilidades encontrados por estudantes-atletas do curso de educação física da Universidade de Brasília. 2021.

STAMBULOVA, N. Athletic retirement: A cross-national comparison of elite French and Swedish athletes. *Psychology of Sport and exercise*, 8(1), 101-118. 2007.

TAFALLA, Ana María Gómez; SANCHO, Juan A. Mestre; GÓMEZ, Ana María. **La importancia del gestor deportivo en el municipio**. Inde, 2005.

WYLLEMAN, P.; REINTS, A.; DE KNOP, P. A developmental and holistic perspective on athletic career development. *Managing High Performance Sport*, p. 159–182, 2013.

WYLLEMAN, P.; ROSIER, N. **Holistic Perspective on the Development of Elite Athletes**. [s.l.] Elsevier Inc., 2016.